Ano 1 ■ Número 5 ■ Julho de 2011

Jornal do SindCT

Sindicato dos Servidores Públicos Federais na Área de Ciência e Tecnologia do Vale do Paraíba

Fernada Soares

Em Brasília SINDCT DEFENDE Programa Espacial Brasileiro

Opinião Página 2

Lei determina total transparência nos contratos firmados pela Funcate

Nosso Trabalho Páginas 3

Trabalhadores do DCTA falam de suas alegrias, angústias e temores

Nosso Trabalho Páginas 4 e 5

Brasil precisa garantir sua ida ao espaço

EDITORIAL HTTP://WWW.SINDCT.ORG.BR

SindCT, um nome a zelar

SOMOS UMA PARTE da luta mundial dos trabalhadores

Desde a criação do SindCT, aqueles que têm se sucedido na diretoria da entidade esmeram-se na aplicação de uma orientação político e administrativa baseada no firme compromisso com os interesses da carreira da Ciência e Tecnologia.

Compromissos que abrangem desde a luta cotidiana por boas condições de trabalho, passando pelo reconhecimento profissional e salários compatíveis com a função, até o desenvolvimento da pesquisa e da ciência no País.

O SindCT acumula uma história de lutas e um patrimônio moral construído sobre ações e procedimentos de seus diretores, da base sindical e de seus funcionários.

Este patrimônio foi consolidado ao longo dos anos de inserções na nossa cidade, na região e em nível nacional. Sempre mostrando seriedade, respeito e competência.

Hoje, o SindCT é conhecido nacionalmente nas diversas esferas da sociedade, seja junto ao governo federal, no Congresso Nacional, no judiciário, como também no conjunto de entidades de representação da classe trabalhadora, além de outros segmentos da sociedade.

Sem sindicatos estaríamos trabalhando ainda 16 horas por dia

Muitos não se lembram de que os direitos que os trabalhadores têm, hoje, são fruto de muitas lutas durante mais de cem anos. Lutas dos sindicatos. A primeira foi a redução e a fixação da jornada de trabalho que começou há mais de 150 anos. Somente a partir dos anos 1920 os trabalhadores do mundo começaram a conquistar as 8 horas diárias. No Brasil foi em 1932.

As primeiras greves para conquistar o 13º salário começaram em 1953, em São Paulo. Mas este só foi reconhecido em lei em 1962, após nove anos de muitas lutas. Todas as outras conquistas foram fruto da luta organizada dos sindicatos, daqui e do exterior. É o caso das leis de aposentadoria, de acidentes de trabalho, da licença-maternidade.

Hoje, o sindicato é mais necessário do que nunca. Os direitos conquistados pela categoria, à custa de muita luta, muitas vezes são vistos por parcela da sociedade como luxo, o que não é verdade, uma vez que se trata da própria sobrevivência da classe trabalhadora. Por isso, ao contrário do que muitos pensam, a nossa união é mais necessária do que nunca. O sindicato é mais útil do que nunca.

OPINIÃO

A caixa-preta da Funcate

LEI N° 8.958 E DECRETO N° 7.423 determinam total transparência nos contratos firmados pelas fundações

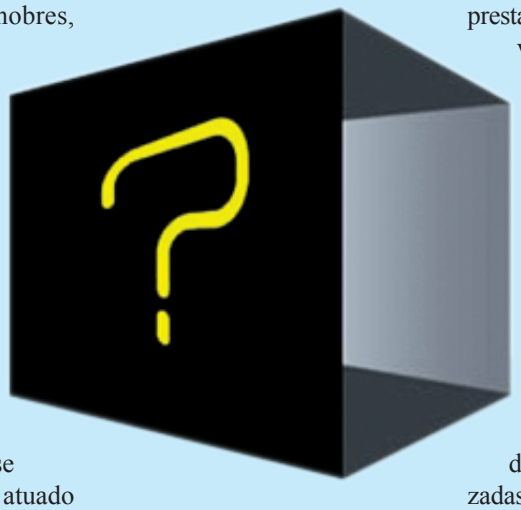
A Funcate (Fundação de Ciência, Aplicações e Tecnologia Espaciais) foi instituída em 02 de dezembro de 1982 como uma entidade de direito privado, sem fins lucrativos, possuindo, por força de seus objetivos estatutários, a missão de colaborar para o bom funcionamento de organizações governamentais de pesquisa e desenvolvimento.

Apesar de a missão generalizar o apoio a organizações governamentais de pesquisa e desenvolvimento, na prática sua atuação está voltada quase que exclusivamente para as atividades do INPE e DCTA.

A prática de se instituir fundações privadas de "apoio" aos órgãos governamentais não se resume à área espacial.

Praticamente todas as universidades públicas do país, sejam elas municipais, estaduais ou federais, possuem uma ou mais fundações dando apoio a sua estrutura administrativa.

Apesar dos objetivos destas fundações serem nobres, como propiciar a disseminação da ciência e tecnologia aos vários setores da sociedade, apoiar as atividades de pesquisa e desenvolvimento, promover e incentivar estudos, estimular a formação, especialização e desenvolvimento profissional nas áreas de seu interesse etc., no fundo elas têm atuado como empresas. Intermedeiam contratos de prestação de serviços, captam recursos públicos junto aos institutos de pesquisa e universidades públicas e remuneram as empresas privadas pela execução destes contratos. Isto, apesar da lei vedar a subcontratação total destes projetos a terceiros



e exigir que no mínimo dois terços das pessoas envolvidas sejam da instituição apoiada.

Há indícios e denúncias de toda sorte de irregularidades na relação entre fundações de apoio e órgãos governamentais: cobrança de "taxas administrativas" na intermediação de contratos, pagamentos a servidores públicos por serviços prestados no âmbito de suas atividades regulares durante a jornada de trabalho, a inobservância dos princípios da legalidade, impessoalidade, publicidade, economicidade e eficiência ao se tratar com recursos públicos.

Neste sentido as fundações, por serem entes privados, acabam sendo utilizadas como um meio para se burlar a lei n° 8.666 (Lei de Licitações), que estabelece um rigoroso controle e transparência na execução de verbas públicas.

A legislação que regulamenta a relação entre as fundações de apoio e os órgãos governamentais (Lei n° 8.958 e Decreto n° 7.423) determina que haja total transparência nos contratos firmados pelas fundações. Obriga que sejam divulgados, inclusive no sítio das fundações na internet, informações como os valores pagos a servidores a título de remuneração por serviços prestados, pagamentos efetuados a pessoas físicas e jurídicas em decorrência dos contratos, prestação de contas dos instrumentos contratuais etc.

No entanto, ao se visitar o sítio da Funcate (www.funcate.org.br), nenhuma destas informações é apresentada à sociedade.

É preciso abrir a caixa-preta da Funcate.

EXPEDIENTE JORNAL DO SINDCT: Jornal do SindCT é uma publicação do Sindicato dos Servidores Públicos Federais na Área de Ciência e Tecnologia do Vale do Paraíba – fundado em 30 de agosto de 1989 ■ Rua Santa Clara, 432, Vila Ady Anna ■ CEP 12.243-630 ■ São José dos Campos - SP ■ Tel/fax: (12) 3941-6655 ■ Responsabilidade editorial: a diretoria ■ Horário de atendimento na sede: 8h30 às 17h30 ■ Tiragem: 7.000 exemplares / 2.500 assinantes eletrônicos ■ Jornalista Responsável: Fernanda Soares Andrade (MTB 29 972) ■ Edição: Claudia Santiago (MTB 14915) ■ Reportagem: Fernanda Soares, Marina Schneider (MTB 29.769/RJ) e Sheila Jacob ■ Designer: Daniel Costa

ONTEM, SONHO PROMISSOR: Hoje, incerteza e desânimo

DCTA: trabalhadores estão preocupados com futuro do Programa Espacial Brasileiro

Fotos: Fernada Soares

Emerson

Laís

Carlos

Rostos preocupados e pensativos sobre o futuro do DCTA

Uma geração inteira de engenheiros e técnicos aposenta-se nos próximos três anos. Não houve renovação. A preocupação com o futuro do DCTA gera nestes trabalhadores o sentimento de frustração e abandono.

Por Claudia Santiago

"A minha geração se aposenta toda no máximo em três anos e não houve renovação. Para quem vamos passar o conhecimento adquirido com a experiência?", questiona a engenheira do DCTA e diretora do SindCT, Laís Maria Mallaco.

Ser um trabalhador civil dentro de um órgão militar que tem como características a disciplina, a hierarquia e a voz de comando criam algumas dificuldades. Entrevistas realizadas na Prefeitura do DCTA e no IAE (Instituto de Aeronáutica e Espaço) revelam que a convivência não é muito simples. O militar que não cumpre uma ordem por dela discordar pode ser punido com a cadeia. E o civil? Recebe uma descompostura. Reprimenda daquelas que fazem gente grande chorar. Choro de humilhação, de vergonha.

Casos como esses incomodam muito os servidores do DCTA. Mas nada incomoda mais do que a não realização de concursos para a renovação de pessoal. Embora vários fatores levem o trabalhador do DCTA a procurar o seu Sindicato, o SindCT, nada é tão desolador quanto a frustração de ver o órgão perder importância. "Temos a sensação que o DCTA vai acabar", diz comovido o pintor Emerson de Lacerda Carvalho, 38 anos, há 16 no órgão. "Faltam equipamentos, material, mão de obra. Não tem um planejamento", afirma.

Descontinuidade dos projetos assusta

A opinião de Emerson é a mesma do soldador Carlos de Abreu, 59 anos. Ambos trabalham na Prefeitura. "Gostamos muito de trabalhar no DCTA. O problema é que não há renovação, e algumas funções estão sendo terceirizadas. A política do governo é o corte de verbas, é tirar do público e passar para o privado", analisa.

DCTA: trabalhar aqui é defender o Brasil

A engenheira Laís não fala em frustração, mas em sensação de desamparo e da insegurança causada pela convivência diária com falta de recursos, falta de pessoal e incerteza na continuidade de projetos.

A mudança de prioridade nos projetos devido à rotatividade nas chefias também incomoda muita gente. É que os militares são transferidos de uma base para outra. Durante dois anos estão em São José dos Campos, pode ser que nos próximos anos estejam em Manaus, ou em Salvador. Então, mesmo cientes dos problemas acabam ficando impotentes para resolvê-los. Não dá tempo. Para Laís, assim como para Carlos e Emerson, a rotatividade dos militares é um complicador para a continuidade dos projetos.

Um outro problema que anda tirando o sono e causando muita ansiedade nos trabalhadores é burocratização e a lentidão no encaminhamento dos pedidos de aposentadoria. "O processo é muito longo tanto para as aposentadorias como para os laudos de periculosidade", relata a engenheira Laís Maria.

Orgulho de trabalhar no DCTA

Emerson e Carlos sentem muito orgulho da função do DTCA no país e de fazerem parte desta estrutura. "Nos orgulhamos e, ao mesmo tempo, nos sentimos frustrados por trabalharmos numa área tão importante, uma alavanca tecnológica e vermos que as autoridades não dão ao DCTA a sua devida importância", diz Emerson. "O carro movido a álcool foi desenvolvido aqui. O DCTA é importante para a tecnologia, para o avanço espacial, para as telecomunicações. O VLS está parado devido aos cortes de verba. Se o Centro não se desenvolve, ele vai envelhecendo até acabar", completa Carlos.

O gosto pelo trabalho no DCTA é o mesmo dos auxiliares Carlos e Emerson e da engenheira Laís. "Eu me formei nisso, gosto de trabalhar nisso, gosto do meu local de trabalho", diz.

Quando pergunto por que tanto amor pelo DCTA, ela não titubeia: "Trabalhar aqui é como se a gente estivesse defendendo o Brasil", conclui Laís.

"O país precisa de tecnologia de ponta, inovação, desenvolvimento da ciência e tecnologia e é isso o que nós podemos fazer. O IAE é a nossa vida. Os militares precisam brigar mais para que o DCTA possa acompanhar as mudanças ocorridas no mundo, mas ficam presos à hierarquia". ***(Engenheira Laís Maria Mallaco)***

AMEAÇAS ao Programa Espacial Brasileiro

SindCT vai a Brasília debater com deputados

Conforme o SindCT vem denunciando através do boletim "Rapidinha", o Programa Espacial Brasileiro (PEB) corre o risco de ser controlado por empresas privadas. A "promessa" de terceirização parte do presidente da Agência Espacial Brasileira (AEB), Marco Antonio Raupp, ex-diretor do INPE, do Parque Tecnológico de São José dos Campos e da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC).

Em inúmeras oportunidades, Raupp declarou ser necessária a participação da indústria no Programa Espacial Brasileiro, seja para a produção de sistemas completos, ou como gestora de projetos hoje comandados pelo INPE e DCTA.

SindCT em alerta

Alertado pelo SindCT sobre os riscos que sofrem as duas instituições (DCTA e INPE) em São José dos Campos, o deputado Federal Carlinhos Almeida (PT) solicitou uma Audiência Pública sobre o Programa Espacial Brasileiro na Comissão de Ciência e Tecnologia, da Câmara dos Deputados.

O deputado Carlinhos afirmou reconhecer "a importância do Programa Espacial Brasileiro para o país e o avanço tecnológico que o Programa traz para o Brasil".

A audiência foi realizada no dia 14 de junho, com Gilberto Câmara (diretor do INPE), brigadeiro Aílton Pohlmann (comandante do DCTA), Marco Antonio Raupp (presidente da AEB), Roberto Amaral (ex-ministro da Ciência e Tecnologia) e Fernando Morais (presidente do SindCT).

O diretor do INPE, Gilberto Câmara, ateve-se em ressaltar a importância do INPE no Programa Espacial e como o instituto pode suprir as demandas do governo e da sociedade por vários serviços.

Os brigadeiros do DCTA Pohlmann e Francisco Carlos Melo Pantoja apresentaram, por sua vez, o muito que se fez apesar de todas as limitações impostas ao setor, como a manutenção e aperfeiçoamento da infraestrutura de lançamentos, bem como o sucesso do foguete VSB-30, com onze unidades já comercializadas para o exterior, com 100% de sucesso nas missões. Sobre as dificuldades enfrentadas, o brigadeiro Pantoja falou sobre os embargos sofridos pelo setor espacial, que atrapalham o desenvolvimento das pesquisas.

Audiência pública em Brasília, em 14/06

Fotos: Fernada Soares

Poucos recursos para o desenvolvimento do VLS

O ex-ministro da C&T, Roberto Amaral fez duras críticas ao atraso do Programa Espacial Brasileiro em relação aos países do Brics (Brasil, Rússia, Índia e China) e aos baixos investimentos no setor.

"Estamos jogando fora 40 anos de conhecimento acumulado".

Investimento em milhões US$:
Rússia - 2.400
China - 1.300
Índia - 1.010
BRASIL - 164

Amaral lembrou do acidente que vitimou 21 servidores do DCTA, no ano de 2003, em Alcântara. Apresentou os poucos recursos para o desenvolvimento do Veículo Lançador de Satélites (VLS) como uma das causas do ocorrido. Ressaltou que o Programa Espacial Brasileiro não está sendo tratado como política estratégica pelo governo. O ex-ministro falou ainda sobre a falta de recursos humanos para o setor e a falta de concursos para a contratação de novos servidores.

Marco Antonio Raupp apresentou um balanço dos 50 anos de atividades espaciais no Brasil que, segundo ele, é marcado pelo atraso nos cronogramas dos programas e no pequeno número de produtos já desenvolvidos (VSB-30, dois satélites SCD e três CBERS, além da infraestrutura de lançamento e de rastreio de satélites). Criticou a falta de recursos orçamentários e de recursos humanos para o setor. E, em mais de uma oportunidade, falou sobre a criação de empresas integradoras, abrir novas oportunidades de trabalho e emprego (não esclarecendo se público ou privado) e a participação da indústria no setor espacial.

Roberto Amaral fez um contraponto às falas que o antecederam. Ressaltou os grandes problemas que o PEB enfrenta atualmente, como o fato de o programa CBERS estar pela primeira vez sem gerar imagens da Terra. Os CBERS 3&4 vêm tendo seus lançamentos adiados sucessivas vezes por dificuldades das empresas contratadas para a fabricação de seus subsistemas. Lembrou ainda a grave crise por que passa o desenvolvimento do VLS, cuja nova tentativa de lançamento ainda é incerta.

A reposta do SindCT

O presidente do SindCT, Fernando Morais, apresentou alguns boletins do SindCT mostrando a preocupação do sindicato com o rumo do Programa Espacial e alertando para possíveis mudanças que acarretariam no desmonte de centros do INPE e do DCTA.

Destacou a omissão dos sucessivos dirigentes e governos em se fazer do programa espacial uma VERDADEIRA POLÍTICA DE ESTADO, com recursos orçamentários e humanos.

Também destacou os vários produtos do DCTA e do INPE entregues à sociedade, e a importância de se discutir com a comunidade da área espacial as mudanças propostas pela AEB para a reorganização do PEB.

Os deputados presentes à audiência se comprometeram a visitar o INPE, o DCTA, as bases de Alcântara e Natal para conhecer de perto os problemas e retomar o debate.

INCERTEZAS sobre o futuro do Instituto da cidade de São José e o nosso

Raupp quer unir INPE à AEB

Presidente da AEB não forneceu detalhes quanto à forma jurídica do "novo" INPE, nem quanto ao papel reservado ao INPE e ao IAE

O SindCT convidou o presidente da AEB, Marco Antonio Raupp, para um debate com a comunidade sobre o futuro do Programa Espacial Brasileiro (PEB), em 20 de junho, no auditório do Laboratório de Integração e Testes - LIT, do INPE.

Como ocorrido em maio, quando o SindCT realizou um debate sobre o tema com a participação de seis especialistas do INPE e DCTA, a comunidade do INPE e DCTA lotou o auditório do LIT/INPE, demonstrando sua preocupação com o futuro ainda incerto do PEB.

Raupp fez uma exposição de suas propostas para a reestruturação financeira e administrativa do programa espacial.

Demonstrou o interesse, já conhecido e divulgado pelo SindCT, de aumentar a participação da indústria privada no Programa Espacial. "A participação da indústria é algo que deve ser ampliado". Falou também sobre a necessidade de "capacitar a indústria para o desenvolvimento de satélites e para a inovação", mas não disse como se daria essa participação, quais seriam os limites da indústria dentro do PEB.

O presidente da AEB disse que irá pleitear de imediato, junto ao governo, a contratação via concurso público (Regime Jurídico Único) de 700 servidores para o DCTA, 400 para o INPE e 40 para a AEB. Porém sua principal proposta consiste na "fusão" do INPE e da AEB em um único órgão, onde o INPE passaria a acumular as funções de instituto de pesquisa e de agência espacial, nos moldes da Nasa (agência americana). Raupp não forneceu detalhes dessa união. Fica a dúvida quanto à forma jurídica do "novo" INPE (autarquia ou órgão da administração direta?). Onde estariam locadas as atuais coordenações do instituto, o futuro papel reservado ao INPE e ao IAE?

Conselho Nacional de Política Espacial

Raupp propôs a criação do Conselho Nacional de Política Espacial, presidido pela Presidência da República, com a participação dos Ministérios da Defesa, Ciência e Tecnologia, Planejamento, SBPC, CNA, CNI, ABC. Ele não mencionou a participação da comunidade científica do DCTA e INPE e, quando solicitada pela plateia a inclusão do SindCT, pediu que fosse encaminhado um ofício da sugestão à AEB, sem dizer se a aceitaria.

Há um consenso por todos que participaram dos debates promovidos pelo SindCT e da audiência pública na Câmara dos Deputados que "do jeito que a coisa está, não pode ficar", pois o programa espacial estaria fadado a morrer por inanição de recursos orçamentários e humanos.

O governo precisa adotar uma posição clara em relação ao PEB, traçando metas objetivas para que o país atinja sua tão sonhada autonomia no acesso ao espaço. Não se pode assinar um "cheque em branco" neste processo de reestruturação do PEB. É fundamental aprofundar este debate com base em uma proposta mais detalhada, especialmente com a presença de Aloizio Mercadante, ministro da C&T, a quem convidaremos em breve para um debate com a comunidade do INPE e DCTA.

O Brasil precisa garantir sua ida ao espaço

Um dos principais objetivos do Programa Espacial Brasileiro, hoje, é construir e lançar nosso satélite geoestacionário, que daria ao país o controle sobre informações de meteorologia, telecomunicações e tráfego aéreo. Mas, para colocá-lo no espaço, carece de ter o foguete lançador.

*Por Jaime Sautchuk**

Para jogar no espaço seu VLS, o Brasil vem enfrentando sérios problemas, com pressões que vêm principalmente dos EUA. (...) Colocá-lo no espaço requer a tecnologia do foguete, que o Brasil tem capacidade de construir, como já o fez, com parceria com algum país que tope transferir tecnologia.

(...) Para ter capacidade de lançamento, o Brasil fez um acordo com a Ucrânia, assinado pelo ex-presidente Lula. Foi criada uma empresa binacional brasileiro-ucraniana denominada Alcantara Cyclone Space, que tem sede em Brasília e na Base de Alcântara, no Maranhão.

Esse é o caminho mais fácil para o Brasil encurtar o percurso para ter seu foguete de lançamento. Há, no próprio governo brasileiro, quem discorde da parceria com a Ucrânia, em favor de uma abertura para o setor privado, que iria favorecer empresas dos EUA. (...)

Se na parte de lançamento o problema está desse tamanho, na produção do satélite geoestacionário o caso é ainda mais complexo. Não há chance de o Brasil, sozinho, produzir uma nave dessas em pelo menos uma década. Por isso, precisa de parcerias. A capacidade técnica do Brasil, incluindo empresas privadas do setor, vai até a parte de estrutura física da nave, o que inclui tecnologia de informação, mas o "cérebro" da máquina tem que ser comprado.

O custo total de um satélite desse porte, com as especificações necessárias, é de mais ou menos US$ 1 bilhão.

O fato é que o Brasil precisa, com urgência urgentíssima, ter seu próprio satélite geoestacionário. Do contrário, continuaremos com as portas escancaradas para quem quiser bisbilhotar todas as informações que subirem ao espaço.

E A SOBERANIA BRASILEIRA?

● O Brasil nas telecomunicações

Há muitos anos o Brasil comprou o direito de uso da série de satélites Brasilsat, que é fabricado pela Hughes, norte-americana, em conjunto com a Spar, canadense. A operação fica a cargo da Embratel, que era estatal brasileira, mas que foi privatizada no governo FHC e hoje pertence à Verizon Communication, norte-americana. Todos os sinais de rádio, TV, telefonia, internet passam por ali.

● O Brasil na meteorologia

Usamos as informações do GOES, também norte-americano. É bem-informado, com dados acurados, mas manipulável. Foi um satélite desse sistema que mudou de localização no espaço na guerra das Malvinas, entre a Grã-Bretanha e a Argentina, colocando em parafuso os dados meteorológicos na região, inclusive no Brasil. Foi uma decisão do governo dos EUA, que colocou em operação seu sistema global, operado pela NASA, com empresas privadas como Hughes, Lockheed e Boeing, principalmente.

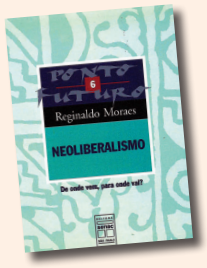
● O Brasil no tráfego aéreo

Quase todo tráfego aéreo é controlado por torres terrestres. Em regiões no Norte da Amazônia brasileira, os pilotos recorrem ao GPS, também sob controle da NASA.

**Jornalista, membro da equipe de matérias especiais do portal Vermelho. Texto na íntegra: http://www.vermelho.org.br/noticia.php?id_noticia=157274&id_secao=10*

LIVRO

Neoliberalismo - De onde vem, para onde vai?
Autor: Reginaldo Moraes
Editora Senac, SP, 2001



Este livro é um dos textos mais esclarecedores sobre o neoliberalismo. Ao explicar de onde veio e para onde vai, Regis Moraes nos mostra as entranhas desta variante moderna do velho liberalismo, isto é do capitalismo. Numa linguagem que não deixa dúvidas, o livro mostra o que significa esta doutrina policio-econômica e profundamente ideológica. De onde vem a doutrina da retirada do Estado da vida econômica e o hino às privatizações? De onde vem o fim do Estado de bem-estar social e a retirada de direitos trabalhistas? E as terceirizações, a flexibilização, a polivalência? E onde ficam os sindicatos, os partidos e a democracia? Essas e tantas outras questões encontram respostas neste pequeno grande livro.

FILME

Condor
Brasil - 2007
(106 min)

Condor é um filme mais do que atual, embora de 2007. É perturbador, especialmente neste momento em que projetos de "esquecimento eterno" procuram colocar uma pedra sepulcral sobre o período da ditadura militar de 1964. O filme narra as diferentes versões sobre a 'Operação Condor', aliança político-militar entre os vários países do Cone Sul nos anos 70. Para isso, o diretor Roberto Mader percorreu cinco países da América Latina e três países da Europa, colhendo depoimentos de generais e ativistas políticos, torturadores e suas vítimas e parentes de desaparecidos. Entre os entrevistados, nomes contrapostos como Jarbas Passarinho, Pinochet, e do outro lado Hebe de Bonafini, Lílian Celiberti e a uruguaia Victoria Larraberti, que teve os pais sequestrados e torturados quando pequenos.

ARTE E MOVIMENTO: música para todos

São Luiz do Paraitinga realiza Festival de Música Junina

Por Fernanda Soares

A estância turística de São Luiz do Paraitinga, terra de Elpídio dos Santos e Oswaldo Cruz, realiza no dia 9 de julho o 15º Festival de Música Junina. Localizada no Parque Estadual da Serra do Mar, a cidade é conhecida pela preservação da cultura local. Os eventos religiosos são tradição na cidade, tanto quanto os profanos. Assim, o carnaval de marchinhas carnavalescas e a festa do Divino Espírito Santo atraem habitantes de todo o Vale.

São Luiz é garantia de festa 365 dias por ano. Com apenas 10.400 habitantes cultiva a fama de cidade de músicos e do povo mais feliz do Vale do Paraíba.

"Ao menos a pena sei que mereço ganhar"

Eduardo Bandeira, músico desde 1985 e morador de São Luiz há dois anos e meio, compôs a música "Moda da Pena" inspirado pelo desejo de Patrícia Guimarães de ganhar a Pena do Festival. A pena é o prêmio do sexto colocado. "Acho mais difícil fazer uma música para ganhar a pena do que para ganhar o primeiro lugar. Todo mundo capricha porque tem a intenção ficar em primeiro, eu queria uma música para ganhar a pena `tão linda e pequena, acho que dá pra carregar´."

Patrícia participou de outros concursos promovidos pela cidade. Ganhou o segundo lugar no Festival de marchinhas carnavalescas em 2009 com a música "Arco Íris", em parceria com Clara Andrade e Roberto Santos. Em 2010, também em parceria com Clara Andrade, garantiu mais uma vez a segunda colocação no *Festival de Música Junina* com a canção "Santo Arraiá".

Patrícia Guimarães iniciou seu contato com a música aos nove anos, quando entrou para a Fanfarra de São Luiz do Paraitinga. De 1992 a 1998 tocou trompete na banda de apoio dos festivais de marchinhas. Somente em 2009 passou a ter a música como profissão. Desde então, cismou com a Pena.

A pequena São Luiz agora se prepara para a final do Festival de Música Junina, que acontece durante o Arraiá do Chi Pul Pul.

De 20 músicas selecionadas para dois dias de eliminatórias, 10 finalistas serão apresentadas no último dia do Arraiá.

AS FINALISTAS

1. **O Fogo de João** - Marco Aurélio e Thar
2. **Muquirana** - Galvão Frade
3. **No Calor da Fogueira** - Léo Couto, Julia Coelho e Caio Lâmbis
4. **Sai que é Rolo** - Benito e Thar
5. **Moda da Pena** - Eduardo Bandeira
6. **Camisa de Flanela** - Galvão Frade
7. **A Benção de Santo Antônio** - Paulo Baroni
8. **O Sabor da Fruta** - Ditão Virgilio e Eduardo Rennó
9. **Chora Paulo** - Pedro Henrique Gava
10. **Mantega** - Cristiano Carimbó e Léo Correa

Fernanda Soares

Eduardo Bandeira e Patrícia Guimarães interpretam Moda da Pena na primeira eliminatória do Festival de Música Junina

Moda da Pena

Eduardo Bandeira

É pena mas já não sei fazer mais moda faceira
Daquelas que arrepia até os cabelo da beira
É pena mas minha viola não tem uma corda inteira
Não dá pra tocá pagode, tão pouco moda campeira
Meus dedo tá tão inchado, não aguenta pontear
Violeiro de fazer pena, nem de pé dá pra parar
Tem pena... tem pena... Eu vim aqui pra tocar
Ao menos a pena sei que eu mereço ganhar
Tão linda e pequena, acho que dá pra carregar
Violeiro de fazer pena Pena merece ganhá

Inusitada, a premiação chama a atenção:

- **1º Lugar -** um bezerro + troféu + R$ 1.500,00
- **2º Lugar -** uma leitoa + troféu + R$ 800,00
- **3º Lugar -** um pato + troféu + R$ 300,00
- **4º Lugar -** um frango + troféu
- **Lugar -** um ovo + troféu
- **Lugar -** uma pena + troféu

POPULAÇÃO MOSTROU SEU CARINHO e condenou salário ultrajante

Bombeiros do Rio conquistam simpatia e apoio da população

Cariocas se solidarizam com luta por aumento salarial para a categoria que tem o piso mais baixo do país: R$ 950,00

Por Claudia Santiago

No mês de junho imagens dos bombeiros do Rio de Janeiro em luta por aumento salarial tomaram contas das redes de TV e das redes sociais (twitter, orkut, facebook). Diante da indiferença do governador do Estado, o movimento se radicalizou. A resposta do governo estadual foi a prisão de 429 bombeiros durante manifestação, no dia 3 de junho. O tiro saiu pela culatra. O protesto contra o salário de R$ 950,00 ganhou as ruas e o apoio da população.

Há muito não se via no Rio de Janeiro um movimento como o ocorrido no domingo, 12 de junho. A orla de Copacabana, com sua famosa avenida Atlântica, foi tomada por uma maré vermelha. Havia quem se lembrasse das *Diretas Já* e quem se recordasse do *Fora Collor*.

Exigência de anistia e salário decente

Nas janelas, balançavam panos vermelhos. Os sindicatos se uniram ao protesto: professores, bancários, servidores públicos federais de vários setores, metroviários, carteiros, metalúrgicos. Uma garotada bonita de uns 20 e poucos anos, militantes ou não de partidos políticos, foi apoiar os bombeiros. Parlamentares de diversos partidos apoiaram o movimento.

O governador do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral, saiu super chamuscado do enfrentamento. A anistia criminal concedida pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara, no dia 1º de julho, aos 429 bombeiros, pode ajudar a esfriar os ânimos. Segue agora para o Senado. Se não for aprovada, eles correm o risco de serem expulsos da corporação e condenados pela Justiça.

Luisa Souto

A onda vermelha na orla de Copacabana

Os bombeiros já haviam conseguido que o governador sancionasse a anistia administrativa, antes aprovada pela Assembleia Legislativa por 60 votos a zero, e 5,58% da recomposição salarial desejada pela corporação. Mas o jogo ainda não está definido. Os bombeiros e várias outras categorias de trabalhadores estaduais, como os profissionais da educação, continuam em luta.

Cidade e Região

TAMOIOS: Governo anuncia cronograma preliminar da concessão

Promessa de duplicação da SP 99 é antiga, mas seu início ainda é indefinido

Por Marina Schneider

Foi anunciado em junho, pelo governo de São Paulo, o cronograma preliminar da concessão da Rodovia dos Tamoios (SP 99) e dos Contornos Rodoviários de Caraguatatuba e São Sebastião, que ainda serão implantados.

Fernanda Soares

A duplicação da Tamoios – que é de mão dupla, tem trecho de serra, além de passar no perímetro urbano de vários municípios – é uma reivindicação antiga.

A proposta preliminar já foi aprovada pelo Conselho Gestor do Programa Estadual de Parcerias Público-Privadas (PPP). No dia 30 de junho, o DER protocolou na Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (CETESB) o Plano de Trabalho que dará origem ao estudo de impacto ambiental. O plano fica disponível para consulta popular durante 45 dias.

Em matéria de Filipe Manoukian publicada no jornal "O Vale", versão da internet, no dia 1º de julho, Roberto Francine, representante da Rede de ONGs da Mata Atlântica afirmou que aproveitará para cobrar um planejamento ambiental mais efetivo do governo do Estado. Segundo ele é necessário se pensar em um desenvolvimento organizado e sustentável para a região. "Vamos abrir um diálogo com o governo para que ele não olhe somente a questão da obra. É preciso prever o impacto disso em toda a região do Litoral Norte", afirmou.

De Caraguatatuba ao DCTA: uma empreitada

Djalma Alves de Araújo é morador de Caraguatatuba e trabalha como auxiliar de escritório no DCTA. Vai e volta de ônibus todos os dias. Frequentemente enfrenta trechos com lentidão. Já ficou parado na estrada por causa de acidentes e obras. No final do ano a situação se agrava devido ao fluxo de pessoas indo para o litoral. **"A duplicação é importante e pode ajudar muito porque o tempo de viagem vai diminuir"**, opina.

GREVES NA REGIÃO DE SÃO JOSÉ

PINDAMONHANGABA: Dong Woo

Após 26 horas de paralisação, os trabalhadores retornaram ao trabalho na quarta-feira, dia 29 de junho, depois de uma nova rodada de negociação entre o Sindicato dos Metalúrgicos de Pinda e a empresa. Nesta foi apresentada a proposta de PPR (Programa de Participação nos Resultados) no valor final de R$ 700 e os prazos de pagamento foram modificados. O valor será pago em duas parcelas, em julho e a segunda em janeiro de 2012. As horas paradas não serão descontadas. *(Fonte: Diário de Taubaté)*

TAUBATÉ: Haughton

Os trabalhadores cruzaram os braços por dois dias. A empresa ficou parada inclusive no administrativo nos dias 20 e 21 de junho. Os trabalhadores rejeitaram o valor apresentado pela patronal e após essa luta conquistaram 4 mil reais de PLR, mais 275 reais de ticket, retroativo ao início do ano e 90 dias de estabilidade. *(Fonte: Sind. Químicos de São José)*

JACAREÍ: Tarkett-Fademac

Os patrões demitiram nove funcionários em 20 de junho. No dia 21 eles reagiram e paralisaram a empresa. O primeiro turno fez assembleia conjunta com o setor administrativo e aceitou participar da negociação com a empresa. Os trabalhadores aceitaram um pacote de benefícios para os demitidos que receberão PLR integral com antecipação de 1 mil reais. Também conseguiram extensão do convênio médico para 6 meses, cesta básica de 3 meses, não desconto das horas paradas, estabilidade de 30 dias e a promessa que não haverá demissões. Se a empresa não cumprir poderá haver greve por tempo indeterminado. *(Fonte: Sindicato dos Químicos de São José dos Campos e Região)*

O QUE VAI PELO BRASIL HTTP://WWW.SINDCT.ORG.BR

SAÚDE: Alguns passos, mais ainda falta muito

Doenças e populações negligenciadas

Em 2007, o Brasil ficou em 6° no ranking de países que mais investiram dinheiro público em pesquisa e desenvolvimento para doenças negligenciadas, com quase US$ 22 milhões. O setor público respondeu por cerca de 70% e as organizações sem fins lucrativos, com 21%.

Por André Antunes - EPSJV/Fiocruz

O programa *Brasil sem Miséria*, lançado recentemente pela presidente Dilma Roussef, pretende acabar com a extrema pobreza no país. Na área da saúde, uma das ações pretende combater o que o governo chama de doenças da extrema pobreza: tuberculose, hanseníase, esquistossomose, malária, helmintíase e infecção nos olhos. "Além das questões gerais que atingem a população brasileira como um todo, existem doenças que tanto são consequência da pobreza, como são perpetuadoras da miséria", explica Carlos Maierovitch, do Ministério da Saúde.

Doenças negligenciadas

Embora o Ministério da Saúde não tenha adotado essa terminologia, as doenças presentes no plano de ação do *Brasil sem Miséria* fazem parte de um grupo também chamado de doenças negligenciadas, que inclui inúmeras outras doenças que afetam populações pobres na América Latina, Ásia e África. Além das que estão listadas nas ações do programa, esse grupo inclui ainda a doença de Chagas, a leishmaniose, a elefantíase e a doença do sono, entre outras.

Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), doenças negligenciadas são aquelas que, por afetarem populações de baixo poder aquisitivo em países em desenvolvimento, não despertam o interesse da indústria farmacêutica, que não vê nelas uma possibilidade de auferir grandes lucros.

O papel do Estado

Segundo o G-FINDER, a indústria farmacêutica privada contribuiu com apenas 9% do montante investido em doenças negligenciadas em 2007; o setor público respondeu por cerca de 70% e as organizações sem fins lucrativos, com 21%. O Brasil ficou em 6° no ranking de países que mais investiram dinheiro público em pesquisa e desenvolvimento para doenças negligenciadas.

"A indústria farmacêutica age visando o lucro. O interesse dela é produzir os antidepressivos, anti-histamínicos, estimulantes sexuais, o que gera recursos. Por isso cabe ao Estado exercer um papel regulador, produzindo aquilo que não interessa à indústria farmacêutica, que são os medicamentos voltados para as doenças que atingem as populações sem poder aquisitivo". *(Mitermayer Galvão dos Reis)*

André Antunes é pesquisador da Fiocruz Bahia. Texto na íntegra: http://www.epsjv.fiocruz.br

O QUE VAI PELO MUNDO

ELEIÇÕES PERUANAS

Vitória de Ollanta Humala fortalece processo de integração latino-americana

*Por Valter Pomar**

Ollanta Humala é o novo presidente do Peru. Ele já havia sido candidato em 2006, quando perdeu as eleições no segundo turno por aproximadamente 2% dos votos. Desta vez ele venceu as eleições, também no segundo turno, por aproximadamente 2% dos votos.

Seu oponente em 2006 foi Alan Garcia, do APRA, um tradicional partido peruano. Já a oponente em 2011 foi Keiko Fujimori, filha do ex-presidente e ditador Alberto Fujimori, condenado à prisão por corrupção e violações de direitos humanos.

Ollanta ganhou as eleições por dois motivos principais. O primeiro motivo é o apoio popular, especialmente nas províncias, apoio que provém de um fato muito simples: o Peru é um país rico, que cresceu muito nos últimos anos, mas também é um país extremamente desigual. O crescimento do Peru não beneficiou a todos, nem beneficiou a maioria.

O segundo motivo é que, em 2011, o medo da ditadura foi maior do que o medo da esquerda. Um exemplo disto foi a atitude do grande escritor Vargas Llosa, prêmio Nobel de literatura. Vargas Llosa é um homem de direita. No primeiro turno, ele disse que escolher entre Keiko Fujimori e Ollanta Humala seria como escolher entre a Aids e o câncer. Mas, no segundo turno, Vargas Llosa não teve dúvida: engajou-se na campanha de Ollanta, porque ele não aceitava que o Peru voltasse a ser governado pela gangue corrupta e ditatorial dos Fujimori.

Ollanta soube manter o seu apoio entre os pobres e na esquerda. Mas soube também ganhar a confiança das camadas médias e setores politicamente de centro. Mesmo que sejam numericamente pequenos, foram estes setores que o derrotaram em 2006 e, agora, garantiram a vitória.

Para ganhar estes apoios, foi muito importante um gesto político: apontar o Brasil e o governo Lula como exemplos. Não como modelos, mas como exemplos. Ao fazer isto, Ollanta garantia que seu governo vai buscar melhorar a vida dos pobres, mas não vai expropriar os capitalistas.

Ainda sim, a maioria dos capitalistas votou em Keiko Fujimori, porque sabe que para melhorar a vida dos pobres, os ricos vão ter que pagar mais impostos. No Peru, os impostos são muito pequenos, os ricos não pagam quase nada, e o Estado não tem recursos suficientes para investir na produção e nas políticas sociais.

O que muda no Peru, com a vitória de Ollanta Humala? Três coisas, fundamentalmente. Primeiro, o Peru torna-se um aliado dos demais governos progressistas e de esquerda latino-americanos, o que fortalecerá o processo de integração protagonizado pelo Brasil. Segundo, o novo governo buscará distribuir, socialmente e geograficamente, a riqueza gerada pelo país. Terceiro, o país será mais democrático do que é hoje.

Evidentemente, nada disto acontecerá sem muita luta, muito conflito e muito ranger de dentes.

** Valter Pomar é historiador*